

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LARA KARINE AUSTRÍACO ALMEIDA

**A PARADIPLOMACIA DOS ODS: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MARANHÃO
NO GOVERNO DE FLÁVIO DINO (2015-2022)**

São Luís
2026

LARA KARINE AUSTRÍACO ALMEIDA

**A PARADIPLOMACIA DOS ODS: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MARANHÃO
NO GOVERNO DE FLÁVIO DINO (2015-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual
do Maranhão para o grau de bacharelado
em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof. Me. Igor Ferreira
Fóscolo

São Luís
2026

Almeida, Lara Karine Austríaco.

A Paradiplomacia dos ODS: a internacionalização do Maranhão no Governo de Flávio Dino (2015-2022). / Lara Karine Austríaco Almeida. - São Luís - MA, 2026.

35 f.

Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2026.

Orientador: Prof. Me. Igor Ferreira Fóscolo.

1. Paradiplomacia. 2. Internacionalização. 3. Governo Flávio Dino. 4. Estado do Maranhão. I. Título.

CDU: 327.3(812.1)"2015/2022"

LARA KARINE AUSTRÍACO ALMEIDA

**A PARADIPLOMACIA DOS ODS: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MARANHÃO
NO GOVERNO DE FLÁVIO DINO (2015-2022)**

Monografia apresentada junto ao curso de
Relações Internacionais da Universidade
Estadual do Maranhão - UEMA, para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: 08/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **IGOR FERREIRA FÓSCOLO**
Data: 17/07/2026 10:30:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Igor Ferreira Fóscolo
Mestre em Desenvolvimento Regional e Socioespacial
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO ALLISSON CARDOSO DE JESUS**
Data: 17/07/2026 13:49:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Allisson Cardoso de Jesus
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ROBERTO STAINE PRADO FILHO**
Data: 17/07/2026 11:57:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho
Doutor em Relações Internacionais
Universidade Estadual do Maranhão

À minha família, minha pátria primeira e
porto mais seguro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e ao corpo docente do curso de Relações Internacionais, em especial ao Prof. Dr. Thiago Allisson, por ter visto um potencial em mim que eu mesma desconhecia e por ter me proporcionado a oportunidade de crescer e amadurecer profissionalmente, e ao Prof. Me. Igor Fóscolo, pelo apoio e magnífica orientação na elaboração deste TCC.

Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pelo apoio fundamental e por oportunizarem minha participação no projeto de extensão "Laboratório de Práticas em Relações Internacionais", o que me levou a iniciar minha pesquisa em internacionalização da gestão pública e culminou no desenvolvimento deste trabalho.

Direciono meus agradecimentos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE), nas pessoas do secretário José Reinaldo Tavares, do Assessor de Projetos e Relações Internacionais Antônio Nunes e da Assessora de Projetos Estratégicos e Internacionalização Letícia do Carmo. Pelos ensinamentos e acolhimento, serei eternamente grata.

Agradeço, em especial, aos meus avós, por acreditarem em mim e perdoarem a minha ausência. Às minhas irmãs Millena e Denise, que me ensinaram a seguir meus sonhos e a ter coragem para realizá-los. Aos meus pais, por todos os sacrifícios que fizeram e fazem por mim. À minha melhor amiga, Victória, com quem cresci compartilhando sonhos e medos, e à sua família, por me acolher como filha. Agradeço, ainda, às minhas amigas e companheiras de graduação, Luiza, Lorena e Geovanna, que tornaram os dias difíceis mais fáceis, as risadas mais doces e os fardos mais leves.

Presto minha homenagem *in memoriam* aos meus tios Cristiane Gobbi e Luís Oliveira. Sei que, de onde estiverem, estão acompanhando a realização deste sonho e celebrando comigo. Guardo no coração seus legados de força e honestidade, até o dia do nosso reencontro.

Acima de tudo, agradeço a Deus, por realizar os planos Dele e não os meus.

A conclusão deste trabalho não seria possível sem o apoio de pessoas e instituições que cruzaram o meu caminho durante a graduação. A todos eles, dedico minha sincera gratidão.

RESUMO

O presente estudo busca analisar o papel da paradiplomacia na internacionalização do estado do Maranhão, especificamente durante o mandato do ex-governador Flávio Dino. Inserido em um contexto de desigualdade regional, os entes subnacionais nem sempre tem suas especificidades e/ou necessidades levadas em consideração nos processos de internacionalização estatais, portanto a utilização de ferramentas alternativas à diplomacia (relação Estado-Estado) podem configurar soluções para a extinção ou ao menos diminuição dessas desigualdades. Desse modo, as ações exploradas na presente pesquisa demonstram, por meio de uma metodologia qualitativa descritiva e de análise bibliográfica e documental, a magnitude dos resultados da promoção da paradiplomacia em um estado e como ela gera benefícios que transpassam as suas fronteiras. As estratégias paradiplomáticas implementadas no governo de Flávio Dino para a internacionalização do estado do Maranhão nos fazem refletir acerca do papel dos estados brasileiros na política internacional contemporânea, tendo em vista que a paradiplomacia mostra-se um recurso de amplo retorno, mas ainda subexplorado pelos estados brasileiros, e principalmente acerca da relevância de um aparato institucional bem estabelecido para a plena internacionalização de um ente subnacional.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Internacionalização; Governo Flávio Dino; estado do Maranhão.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the role of paradiplomacy in the internationalization of the state of Maranhão, specifically during the term of former Governor Flávio Dino. In a context of regional inequality, the specific characteristics and/or needs of subnational entities are not always taken into account in state-level internationalization processes; therefore, the use of tools alternative to diplomacy (state-to-state relations) may offer solutions to eliminate or at least reduce these inequalities. Thus, the actions examined in this study demonstrate—through a descriptive qualitative methodology and bibliographic and documentary analysis—the magnitude of the results of promoting paradiplomacy in a state and how it generates benefits that extend beyond its borders. The paradiplomatic strategies implemented by the Flávio Dino administration to internationalize the state of Maranhão prompt us to reflect on the role of Brazilian states in contemporary international politics, given that paradiplomacy has proven to be a resource with broad returns but one that remains underutilized by Brazilian states, and especially on the importance of a well-established institutional framework for the full internationalization of a subnational entity.

Keywords: Paradiplomacy; Internationalization; Flávio Dino Administration; State of Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 01: A AÇÃO INTERNACIONAL DE ENTES SUBNACIONAIS.....	10
1.1 AS LINHAS CONCEITUAIS DA PARADIPLOMACIA.....	10
1.2 AS TIPOLOGIAS DA PARADIPLOMACIA.....	13
1.2.1 A PARADIPLOMACIA DO COMÉRCIO.....	13
1.2.2 A PARADIPLOMACIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	15
1.2.3 A PARADIPLOMACIA IDENTITÁRIA.....	16
1.3 A PARADIPLOMACIA COMO ALTERNATIVA À DESIGUALDADE REGIONAL.....	17
1.4 O APARATO INSTITUCIONAL NA INTERNACIONALIZAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 02: INTERNACIONALIZAÇÃO DO estado do Maranhão SOB O MANDATO DE FLÁVIO DINO.....	21
2.1 O GOVERNO DE FLÁVIO DINO.....	21
2.2 O MARANHÃO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	24
2.3 O CASO “COVID-19”.....	25
CAPÍTULO 03: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO MARANHÃO NA PRÁTICA.....	27
3.1 RESULTADOS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES.....	30
CONCLUSÃO.....	32

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca investigar como se deu a internacionalização subnacional do Maranhão durante o governo de Flávio Dino (2015-2022), fomentando uma análise da utilização dos acordos estabelecidos entre o Governo do Maranhão e entes nacionais, e a sua participação em iniciativas internacionais para o desenvolvimento socioeconômico, com destaque para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como estratégia de paradiplomacia.

O mandato de Flávio Dino, estabelecido entre 2015 e 2022, destacou-se nacionalmente pela utilização da paradiplomacia como estratégia de promoção internacional do estado e descentralização da política externa brasileira. O maior exemplo da plena utilização desse artifício foi a formulação de uma estratégia de contraponto à política externa do governo federal da época, visando garantir o fornecimento de insumos hospitalares necessários para o tratamento da COVID-19, especialmente respiradores. Essa e outras estratégias similares colocaram o Maranhão no centro de debates internacionais.

Como apontado por Farias (2000), o Maranhão está entre os entes subnacionais acometidos pela desigualdade regional, fator que influencia diretamente no processo de internacionalização e até mesmo o acesso dos mesmos à recursos internacionais. Para tentar suprir essa necessidade e fomentar o desenvolvimento do estado, o ex-governador utilizou-se principalmente do estabelecimento de acordos com organizações internacionais, fomentando projetos e políticas públicas consonantes com os ODS, com destaque para o Plano Mais IDH, responsável por fomentar a implementação de políticas públicas voltadas para o bem-estar da população maranhense, que garantiu ao estado o aumento do rendimento domiciliar per capita, de R\$ 509 em 2015 para R\$ 635 em 2019 (IBGE, 2019), entre outros.

Dentre estas iniciativas, destacam-se os acordos firmados entre a gestão pública maranhense e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ações como essa corroboram para a criação de uma imagem de ator empenhado no cumprimento de agendas de desenvolvimento sustentável, com destaque aos ODS, provendo ao estado espaços estratégicos nos mais variados fóruns de debate internacionais.

Atualmente, apesar dos grandes avanços, a promoção internacional do estado do Maranhão mostra-se um tanto cerceada frente à uma máquina pública ainda carente de internacionalização. Como observado por Ribeiro (2009), estados do Nordeste brasileiro apresentam historicamente menos estruturas de Relações Internacionais (RI)

institucionalizadas em comparação com regiões como Sul e Sudeste. O Maranhão, por exemplo, apesar de realizar práticas de internacionalização, não possui um órgão estadual específico para a gestão das relações internacionais do estado.

A falta de institucionalização pode assim acarretar impossibilidade de transparência e controle democrático das ações desenvolvidas, além de prejudicar processos mais sinérgicos de projetos conjuntos e dinâmicas de redes intermunicipais. (RIBEIRO, 2009)

Frente à este cenário, os esforços de Flávio Dino para a promoção internacional do Maranhão durante o seu mandato ganharam destaque nacional e internacionalmente de maneira que, na presente pesquisa, serão utilizadas como instrumento de análise acerca da influência e relevância prática da utilização da paradiplomacia como ferramenta estratégica de internacionalização, sobretudo para entes subnacionais marginalizados por desigualdades regionais. Para além disso, será observada também a relação entre a internacionalização e a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de modo a averiguar a influência desse processo na melhoria da qualidade de vida da população maranhense por meio do estabelecimento de projetos e políticas públicas.

Para tanto, foi utilizada uma metodologia qualitativa e descritiva, combinada à uma análise bibliográfica e documental, de maneira a reunir documentos da gestão estatal, relatórios e projetos implementados, com o objetivo de averiguar como se deu a internacionalização estatal durante o recorte temporal estabelecido. Ademais, também foram utilizados textos de autores como Déborah Farias (2000) e outros para fornecer à pesquisa um referencial teórico robusto, que abrange as especificidades do fenômeno em análise.

Por conseguinte, o presente estudo foi organizado em três capítulos, sendo o primeiro uma apresentação ao leitor sobre a paradiplomacia, englobando suas definições a partir da perspectiva de diferentes autores, suas classificações, o seu posicionamento nos estudos das Relações Internacionais, mas principalmente a sua influência sobre a desigualdade regional e a relevância de um aparato institucional especializado para a internacionalização. O segundo capítulo, por sua vez, irá tratar de aspectos da gestão de Flávio Dino, estabelecida entre os anos de 2015 e 2022, de modo a observar como o mesmo fomentou a promoção internacional do Maranhão, com destaque para o caso da aquisição de respiradores chineses durante a pandemia de COVID-19. Por fim, serão abordadas no terceiro e último capítulo do presente

estudo as implicações da paradiplomacia no processo de internacionalização, com enfoque no caso específico analisado.

Por fim, o presente estudo busca, de maneira objetiva, analisar a influência da paradiplomacia como ferramenta de internacionalização, com destaque para o caso de um estado acometido por desigualdades sociais e como as decisões de um governante, com o auxílio de um aparato institucional bem estruturado podem instigar a internacionalização de entes subnacionais.

CAPÍTULO 01: A AÇÃO INTERNACIONAL DE ENTES SUBNACIONAIS

1.1 AS LINHAS CONCEITUAIS DA PARADIPLOMACIA

A paradiplomacia surge nas relações internacionais como uma ferramenta estratégica de internacionalização, sendo amplamente utilizada para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de cidades, estados e regiões. Desse modo, a paradiplomacia diferencia-se da diplomacia principalmente por ser estabelecida entre entes não estatais, que podem ser definidos como “(...) todos os agentes que não pertencendo a estrutura estatal atuam em determinado plano e, de alguma forma, produzem nele seus efeitos” (Oliveira, 2022).

Dessa maneira, o conceito de paradiplomacia foi formalmente introduzido às relações internacionais por Panayotis Soldatos, em 1990, em sua obra *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units*, onde o autor analisa o modo como os governos subnacionais administram as relações socioeconômicas. Para além disso, Soldatos baseia-se no caráter interdependente adicionado às relações internacionais pelo advento da globalização para apontar a relevância da intercomunicação entre atores, sendo eles estatais ou não:

Em nosso mundo interdependente, os pares de vizinhos interagem não apenas com seus vizinhos e com os vizinhos desses vizinhos dentro das fronteiras nacionais, mas também, por meio do conjunto nacional coletivo, com outras partes do próprio continente e de outros continentes. ...refere-se às redes de canais de comunicação, regras implícitas e explícitas e procedimentos informais e formais que, dentro de uma região transsoberana, permitem e articulam a interação cooperativa entre governos municipais e regionais, bem como entre empresas privadas e cidadãos individuais. (Soldatos, 1990, p.24)

Outrossim, Joseph Nye e Robert O. Keohane (1977) desenvolveram a chamada Teoria da Interdependência Complexa, que defende que a cooperação entre Estados é possível

e que a cooperação institucional promove a estabilidade global surge como uma oposição direta ao realismo tradicional da época, afirmando não somente existência e relevância dos atores não-estatais, mas também a existência de interconexões impulsionadas por fatores sociais, econômicos e políticos que aproximam os estados dos atores não-estatais. A partir dessa teoria, os autores apontam que as relações internacionais não são e não devem ser condicionadas unicamente à atuação de atores estatais, enfatizando a relevância do papel desempenhado por Organizações Não Governamentais (ONGs) e de corporações transnacionais no sistema internacional. Em contrapartida, a visão de Keohane contrasta com a teoria realista defendida por Waltz que, por sua vez, observa o poder como um objeto central e que, em realidade, acaba tornando-se uma ferramenta de reafirmação da hierarquia de poder entre os Estados.

Em consonância, James Der Derian (1980) define a paradiplomacia como atividades não-governamentais de atores não-estatais. Para além das instituições internacionais destacadas por Nye e Keohane, Derian também adiciona aos atores paradiplomáticos as associações profissionais internacionais, comunidades religiosas, *lobbies* internacionais, associações científicas, entre outros. Estes atores tratam-se, na verdade, de peças-chave para a plena compreensão e funcionamento das engrenagens da paradiplomacia, agora não mais condicionadas às inclinações de determinados órgãos ou instituições, assim como afirma Keating (1999):

Paradiplomacia é parte da ampliação do universo dos assuntos internacionais, em que Estados não são mais os únicos atores. Regiões operam ao lado de empresas, sindicatos, movimentos sociais e organizações transnacionais como Greenpeace ou Oxfam. Este universo é complexo, fragmentado e desestruturado. O mercado global é particularmente complexo e várias regiões têm tido dificuldades em encontrar meios para operar dentro do mesmo. (Keating, 1999, p. 6, tradução livre)

Sobre esse ponto de vista, Duchacek (1984) que define a paradiplomacia como uma “micro-diplomacia global”, ou seja, a interação direta entre governos locais (subnacionais) com governos estrangeiros, aponta também que as iniciativas internacionais desses governos suscitam múltiplas reações por parte dos governos nacionais, sendo estas positivas ou negativas, de acordo com a sua percepção dessas atividades. Esse cenário de disputa dá-se devido ao caráter volátil das relações estabelecidas entre os atores internacionais que, naturalmente, buscam suprir e satisfazer seus próprios interesses e/ou necessidades.

É válido ressaltar que, apesar do caráter progressista da paradiplomacia, ou mesmo por ele, a introdução desse conceito ao estudo das Relações Internacionais não foi tão branda. Para tanto, autores como Hockings (1993) e Jeferry (1999) desempenharam papéis centrais na contestação de aspectos específicos dessa ferramenta e mesmo do seu posicionamento no Sistema Internacional. Hockings (1993), por exemplo, afirma que a introdução do conceito de paradiplomacia às relações internacionais fomenta o conflito entre os atores nacionais e subnacionais, de modo a impor aos governos regionais o caráter de atores unitários. Jeferry (1999), por sua vez, corrobora a visão de Hockings, defendendo que o conceito de paradiplomacia em si fomenta uma segregação entre as relações políticas, já que o mesmo imprime a ideia de que as ações paradiplomáticas são, na verdade, secundárias em relação às ações diplomáticas e, portanto, de menor relevância ou prioridade.

Dessarte, a paradiplomacia vem, ao longo das décadas, ocupando um espaço central na internacionalização de cidades, estados e regiões, com destaque para a internacionalização da gestão pública dos mesmos. É válido ressaltar que, apesar da possibilidade de impactos negativos apontados por autores como os citados anteriormente, a paradiplomacia continua mostrando sua posição como uma estratégia internacional frutífera, assim como aponta Paquin (2004):

É verdade que o desenvolvimento da paradiplomacia tem o potencial para criar conflitos, mas, na atual ordem internacional, atividades paradiplomáticas são inevitáveis, talvez indispensáveis, para atrair investimentos estrangeiros, promover o desenvolvimento económica ou, para uma região europeia, por exemplo, ter os recursos dos fundos europeus [...] Consequentemente, do ponto de vista nacional, os Estados não devem considerar as ações internacionais de entidades subestatais como uma ameaça à integridade de sua política externa. Eles deveriam, acima de tudo, procurar criar novos modos de colaboração, novas parcerias e uma melhor divisão dos papéis nas relações internacionais. (PAQUIN, 2004, p. 207-208)

Segundo Farias (2000), a centralização das ações de internacionalização pode mostrar-se como um fator agravante às desigualdades regionais já presentes em um país, tendo em vista que, mesmo visando o benefício do conjunto nacional, ações de internacionalização muito gerais tendem a não valorizar as especificidades e necessidades de cada região, especialmente das menos desenvolvidas, isso por que cada região encontra-se em estágios político, económico e cultural diferentes. Dessa forma, as ações paradiplomáticas surgem como uma alternativa para a centralização, na medida em que busca internalizar as

ações de internacionalização de maneira homogênea, considerando as características específicas de cada ente subnacional. Para tanto, adaptando-se aos contextos históricos e políticos em que é aplicada, a paradiplomacia mostra-se ao presente cenário internacional como um instrumento de caráter indispensável e extremamente útil para a internacionalização de cidades, estados e regiões.

1.2 AS TIPOLOGIAS DA PARADIPLOMACIA

Por tratar-se de uma ferramenta estratégica de ampla aplicação no contexto internacional, Paquin (2004) estabelece que a paradiplomacia deve ser classificada em três vertentes específicas: a do Comércio, a dos Processos de Integração Regional e a Identitária, de modo a adicionar às mesmas características próprias que fundamentam suas ações de acordo com o contexto histórico, político e socioeconômico no qual estão inseridas.

1.2.1 A PARADIPLOMACIA DO COMÉRCIO

A Paradiplomacia do Comércio surge entre as décadas de 1970 e 1980, mais especificamente no contexto das crises econômicas estabelecidas na época, com destaque para a crise do petróleo de 1973 e a do Welfare State a partir de 1970, onde o investimento em atividades de exportação surge como uma alternativa de superação à essas crises.

A crise do petróleo de 1973 foi estabelecida durante a Guerra Árabe-Israelense, incitada pelos líderes do Egito e da Síria que buscavam recuperar os territórios tomados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias de 1967. Diante desse cenário, os Estados Unidos, aliados de Israel, decidiram por subsidiar as forças armadas do país o que, por sua vez, levou os membros árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a impor um embargo petrolífero aos países que apoiavam Israel, incluindo os Estados Unidos. A partir dessa decisão, os impactos econômicos foram sentidos internacionalmente e incluíram o aumento dos preços do petróleo e mudanças nas políticas energéticas, até então extremamente dependente dos combustíveis fósseis, o aumento da inflação, o baixo crescimento econômico e o desemprego (Gilpin, 2004).

Já o *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, trata-se de um modelo de governo onde o Estado é central e responsável por garantir os direitos humanos

básicos da população, fomentando seu acesso à educação, saúde e moradia (Wilensky, 1975). Segundo Arretche (1995), trata-se de “... um campo de escolhas, de solução de conflitos no interior de sociedades (capitalistas avançadas), conflitos nos quais se decide a redistribuição dos frutos do trabalho social e o acesso da população a proteção contra riscos inerentes à vida social, proteção concebida como um direito de cidadania.”.

Em contrapartida, a Teoria da Convergência de Faria (1998) afirma que, na verdade, o investimento dos Estados em políticas públicas de garantia dos bem-estar social é diretamente proporcional ao seu nível de desenvolvimento. Partindo desse ponto de vista, quanto mais desenvolvido socioeconomicamente e mais produtivo um Estado é, maior vai ser a sua inclinação à garantia de direitos básicos de sua população. Esse modelo começou a dar sinais de colapso na década de 1970, quando as consequências da crise do petróleo geraram uma recessão econômica, o que, por sua vez, submeteu todas as políticas de bem-estar a um estado de decadência (Santos, 2013). Quando voltamos nosso olhar para o Welfare State, é possível observar como o mesmo trata-se, na verdade, de uma ferramenta de propagação de um sistema capitalista voltado para a valorização da superprodução acima de aspectos sociais o que, por sua vez, perpetua cada vez mais as desigualdades regionais apontadas por Farias (2000).

Desse modo, a partir dessas crises os governos mudam sua abordagem, visando adotar políticas que incentivem e facilitem a atração de capital estrangeiro. Essa mudança também coincide com a implementação de modelos de desenvolvimento econômico que tem como objetivo o fomento do livre comércio, incentivando os entes nacionais e subnacionais, que possuíam meios para tal, a atrair investimentos estrangeiros (Ribeiro, 2008).

Esse estilo de paradiplomacia influenciou diretamente a atuação dos entes subnacionais no cenário internacional, visto que proporcionou aos mesmos uma abertura no comércio internacional, anteriormente dominado por entes nacionais, com destaque para os países da Europa e da América do Norte (Ribeiro, 2008).

Destarte, com a maior busca de crescimento via exportações, as regiões e as cidades que possuem meios para tal passam a agir sobre o cenário internacional a fim de

sustentar as exportações, atrair os investimentos estrangeiros e os centros de decisão econômica. (Ribeiro, 2008, p.163)

Para além disso, essa vertente fomentou diretamente o desenvolvimento de conceitos amplamente utilizados no comércio internacional atual, como as políticas de atração de investimentos e o marketing comercial, mas principalmente as políticas de fronteira para cooperação e investimentos (Ribeiro, 2008).

1.2.2 A PARADIPLOMACIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

A Paradiplomacia dos Processos de Integração Regional, por sua vez, surge após a década de 1960, quando a política internacional passa a englobar pautas de relevância e alcance dos entes subnacionais, antes dominada pelas inclinações dos Estados, sendo impulsionada pela integração regional (Paquin, 2004). A partir dessa aproximação, a divisão das noções de interno e externo para questões de interesse e bem-estar público (saúde, comunicação, serviços sociais, etc), torna-se cada vez menos evidente, colaborando para a maior participação dos entes não-estatais nos assuntos internacionais (Ribeiro, 2008).

Dessa forma, compreende-se que essa vertente da paradiplomacia é observada através uma reorganização no Sistema Internacional, onde os entes não-estatais passam a assumir um papel estratégico na política internacional “extrapolando as condições restritivas atribuídas pelos Estados nacionais” Tullo Vigevani (2005, p. 12).

Assim, um dos exemplos da paradiplomacia da integração regional é a Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (ZICOSUL), uma organização internacional criada em 1997 para fomentar a cooperação econômica, social e cultural entre regiões da Argentina, Uruguai, Bolívia, Brasil, Chile Paraguai e Peru, dentre elas Províncias de Catamarca, Chaco, Córdoba, Santa Fe, Entre Ríos, Santiago del Estero, Tucumán, Departamentos de Beni, Chuquisaca, Cochabamba, Oruro, Pando, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande Do Sul, Santa Catarina, e outros. Essa iniciativa atua em frentes como infraestrutura, comércio, meio ambiente e educação, com o objetivo de promover melhorias na qualidade de vida das comunidades locais, através de estratégias de crescimento sustentável. É válido destacar que a ZICOSUL trabalha a integração regional ainda mais internamente, tendo em vista que a mesma oportuniza a atração de investimentos estrangeiros por regiões periféricas de seus membros.

Outrossim, essa vertente da paradiplomacia é comumente aplicada no âmbito da cooperação transfronteiriça, ou seja, a “cooperação bilateral, trilateral e multilateral entre autarquias locais e regionais (podendo ainda envolver atores da esfera semi-pública ou privada) de regiões limítrofes, ou separadas por mar” (Medeiros, 2009), com o objetivo de sanar um problema comum, como a preservação de áreas ambientais e a proteção de espécies ameaçadas, mas também para a construção/implementação de infraestruturas conjuntas, como estradas e pontes (Ribeiro, 2008).

1.2.3 A PARADIPLOMACIA IDENTITÁRIA

Já a paradiplomacia identitária, segundo Paquin (2004), trata-se da atuação internacional de atores subnacionais voltada para preservação e/ou promoção da identidade cultural, linguística ou histórica de um povo específico ou minoria. Dessa forma, Ribeiro (2008) aponta que essa é uma estratégia comum, amplamente explorada por nações minoritárias dentro de Estados multinacionais que buscam, para além de alcançar recursos escassos internamente, promover-se internacionalmente.

Nesse sentido, a paradiplomacia identitária trata-se de uma maneira de valorizar características socioculturais únicas de povos específicos, de modo a promovê-las internacionalmente e, conseqüentemente, preservá-las (Ribeiro, 2008). No Brasil, podemos tomar como exemplo o Consórcio Nordeste, criado em 2019 como um contraponto à diplomacia tradicional e um meio de fortalecer a região em si.

A construção da região Nordeste do Brasil como espaço simbólico, assim como afirma Albuquerque Jr. (2012), foi ligada às representações de pobreza, ao atraso e à incapacidade, criando um estereótipo totalmente discrepante de outras regiões do país. Para tanto, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste trata-se de uma autarquia instituída pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, idealizada para atuar como uma ferramenta de gestão e serviço dos interesses comuns dos governos estaduais (Consórcio Nordeste, 2025), além de articular pactos para a promoção de políticas públicas para a quebra de paradigmas e preconceitos, além de fomentar investimentos internacionais para projetos de melhoria da qualidade de vida da população.

Desse modo, observa-se que a paradiplomacia identitária busca a internacionalização de seus territórios, com o objetivo de captar investimentos internacionais, ao mesmo tempo em que promove a preservação de costumes, tradições e até mesmo idiomas completos de povos que não tem tanto acesso a essa ferramenta em comparação às grandes metrópoles sediadas em seus países/regiões.

1.3 A PARADIPLOMACIA COMO ALTERNATIVA À DESIGUALDADE REGIONAL

A diplomacia multinível, ou "novo federalismo", definida por Hocking (1993) como um desafio à visão clássica de que a política externa tratava-se de um monopólio exclusivo do governo federal, foi responsável por uma onda de incentivos à maior participação de entes subnacionais no cenário internacional, com destaque para as ações dos governos de Nixon (1969-1976) e Reagan (1981-1988) nos Estados Unidos. A partir dessa mudança de cenário, as ações dos entes subnacionais “deixaram de ser apenas reações a acontecimentos externos, passando também a se constituir em fatores de influência sobre mudanças” (Farias, 2000).

Entretanto, é válido ressaltar que, apesar do avanço na disseminação da paradiplomacia como uma ferramenta estratégica de internacionalização, e também o aumento da participação dos entes subnacionais no sistema internacional, a sua aplicação não é uniforme, tendo em vista que cada região/cidade apresenta especificidades extrínsecas à essas transformações (Farias, 2000). Essas especificidades podem ser benéficas, no caso dos aspectos socioculturais acentuados pela paradiplomacia identitária, como observado anteriormente, ou maléficas, prejudicando diretamente o processo de internacionalização dos atores não-estatais.

Nesse sentido, o economista Jeffrey Williamson (1965) aponta a desigualdade regional como um dos maiores empecilhos encontrados pela paradiplomacia e, para além disso, a observa a partir de uma ótica não linear onde a mesma aumenta nas fases iniciais do processo de desenvolvimento econômico e seus níveis só começam a decair a partir do alcance de um Produto Interno Bruto per capita nacional, análise que foi denominada como a Hipótese da Curva de Williamson (1965). Dessa forma, destaca-se a maneira como a classificação de entes nacionais ou subnacionais como desenvolvidos ou não influencia diretamente no seu nível de internacionalização e, conseqüentemente, na relação entre o sistema de produção e o povo em si (Gama, 2014), para tanto, Mariana Loureiro Gama (2014)

afirma que o desenvolvimento sem transformações sociais ou do sistema produtivo nada mais é do que uma simples modernização que, por sua vez, torna-se um instrumento de manutenção do subdesenvolvimento.

Outrossim, a economista Déborah Barros Leal Farias aponta que o direcionamento centralizado das atividades de relações internacionais pode contribuir para um aumento ainda mais significativo das desigualdades regionais dentro de um país, observando que mesmo um projeto/programa que ofereça vantagens ao país como um todo, pode não contemplar os interesses ou mercados relevantes para regiões específicas desse mesmo país. Para tanto, a autora cita como exemplo o MERCOSUL, bloco de integração regional estabelecido entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia, apontando que as vantagens e oportunidades dessa iniciativa são em sua maioria absorvidas pelas regiões Sul e Sudeste, consideradas mais desenvolvidas, enquanto as regiões Norte e Nordeste não somente não conseguem aproveitar plenamente das vantagens oferecidas, como possuem taxa de participação ativa mínima. Para tanto, Farias (2000) aponta que “ao permitir que estados dessas regiões também procurem e estabeleça relações com mercados internacionais que lhes pareçam mais vantajosos, cria-se um espaço mais democrático de desenvolvimento regional”.

O estado do Maranhão, por sua vez, apesar de se tratar do segundo maior estado da Região Nordeste (IBGE, 2024) e oitavo maior do Brasil (IBGE, 2022), apresenta um histórico de marginalização no âmbito nacional, impulsionados pela distribuição desigual de renda e oportunidades (Farias, 2000). Apesar desse *background*, o estado tem apostado em estratégias de internacionalização, visando a ocupação de um espaço de maior destaque no cenário internacional, driblando o eixo tradicional Rio-São Paulo. Para tanto, o Maranhão vem utilizando-se principalmente da paradiplomacia para a promoção de suas atividades político-econômicas e reafirmação de sua relevância tanto no território nacional, quanto no internacional.

Contornar os desafios futuros referentes a problemas estruturais históricos característicos da economia maranhense. Dessa forma será possível criar melhores condições para um crescimento sustentado e endógeno da economia sem tanta dependência de transferências federais ou de oscilações positivas do mercado internacional (Rolim Filho, 2016, p. 81)

Desse modo, é possível observar que a desigualdade regional tornou-se uma condição determinante na internacionalização de estados e regiões, levando em consideração não

somente a limitação do acesso às oportunidades de internacionalização e de investimentos em si, mas também o contexto histórico de marginalização apresentado por alguns desses entes subnacionais.

(...) o processo de inserção econômica do Brasil no sistema internacional, nos padrões e moldes atuais da chamada Globalização, vem evidenciando, para o observador mais atento, a necessidade de incorporação da totalidade da Federação, significando fortalecer a integração nacional, pois que, mais uma vez, apesar da tecnologia, as distâncias geográficas agudizam as diferenças internas, provocando a real desarticulação de regiões inteiriças no processo, podendo se levantar a preocupação a situação do Norte e do Nordeste no MERCOSUL, por exemplo, e a do Sul e Sudeste no Pacto Amazônico, que é bem mais antigo”. (Jucá, 1997, p.202-3)

1.4 O APARATO INSTITUCIONAL NA INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização não é um processo espontâneo. Ela ocorre através do emprego de esforços de diferentes atores, sejam eles estatais ou não, organizações internacionais ou instituições, responsáveis por compor o sistema internacional, ou seja, o mecanismo de compreensão do espaço onde ocorrem as relações internacionais (Jung, 2025).

O Manual de Paradiplomacia para os Geoparques Aspirantes UNESCO Caçapava e Quarta Colônia (UFSM, 2021) aponta que existem algumas condições para a realização de atividades paradiplomáticas, sendo elas o estabelecimento de diálogos entre as partes interessadas, a organização dos recursos humanos e da infraestrutura disponível, a construção de uma agenda que irá mapear as condições e atividades a serem realizadas, além da busca por amparo externo, de modo a garantir o reconhecimento de organismos internacionais que possam contribuir para com o desenvolvimento do projeto idealizado. Ademais, o Manual também afirma que são necessárias estruturas que adequam-se às realidades locais, com destaque para as estruturas administrativas, financeiras e jurídicas, que irão influenciar diretamente o sucesso das ações paradiplomáticas. Todas essas etapas compõem o processo de paradiplomático de internacionalização e são de suma importância para a valorização e promoção dos entes inseridos no mesmo.

Assim, compreende-se que para que a internacionalização por meio da paradiplomacia ocorra de maneira plena, os entes subnacionais precisam ter à sua disposição um aparato institucional que os forneça as ferramentas necessárias para tal. O Brasil, como um ente nacional, dispõe de diversos órgãos que tem como objetivo viabilizar a fluidez da sua

internacionalização, dentre eles destacam-se o Ministério das Relações Exteriores (MRE), as Câmaras de Comércio Exterior, além de instituições financeiras voltadas especificamente para as trocas financeiras internacionais. Entretanto, o cenário do aparato institucional dos entes subnacionais pode revelar grandes discrepâncias, principalmente quando comparado ao nacional.

Outrossim, nota-se que a desigualdade regional apontada por Farias (2000) não afeta somente a qualidade de vida da população, mas também estorva seu processo de projeção no sistema internacional, tendo em vista que estados/municípios estabelecidos em regiões mais desenvolvidas, com o Sul e o Sudeste, dispõem de uma máquina pública mais preparada para fornecer o amparo necessário para a internacionalização (Campos, 2022). Dito isso, o estado do Maranhão, acometido por grandes desigualdades regionais e considerado subdesenvolvido (Farias, 2000), não apresenta em sua estrutura institucional estadual ou municipal um órgão dedicado à exclusivamente à internacionalização, mas somente poucos setores ou assessorias dedicadas à tal, dentre elas a Assessoria de Projetos e Relações Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE-MA).

Essa necessidade foi o fator principal para a implementação do Laboratório de Práticas em Relações Internacionais (LAPRI), projeto de extensão universitária advindo de um termo de cooperação estabelecido entre a Secretaria e a Universidade Estadual do Maranhão, especificamente no âmbito do curso de Relações Internacionais da mesma. Este projeto, que tem como principal objetivo oferecer aos estudantes um espaço de aprendizagem prática, atua fornecendo suporte à Assessoria de Projetos e Relações Internacionais da SEDEPE/MA, fornecendo apoio direto na prospecção de editais de financiamento internacional e na internacionalização do setor público maranhense. Para além da complementação da formação acadêmica dos graduandos em Relações Internacionais, essa iniciativa influencia diretamente na formação de profissionais em internacionalização que considerem profundamente a relevância do reconhecimento de necessidades internas e da valorização de especificidades socioculturais para o processo de internacionalização do estado, o que influencia diretamente na sua expansão internacional.

Apesar da efetividade dessa iniciativa, é importante ressaltar que a atuação da mesma não pode ser comparada à atuação de um órgão específico para a internacionalização. Ademais, é válido ressaltar que a carência de um aparato institucional especializado, condição muitas vezes influenciada pela desigualdade regional, gera impactos diretos no processo de

internacionalização de entes subnacionais. Para tanto, podemos tomar como exemplo o Ceará, outro estado do Nordeste brasileiro, que vem se tornando uma referência no âmbito da internacionalização da gestão pública. O Ceará, estado responsável por abrigar um dos principais complexos portuários do país, conta com dois órgãos principais para o gerenciamento de suas atividades de internacionalização, para além de agências privadas e outros: a Secretaria das Relações Internacionais do Estado do Ceará e a Investe Ceará, a Agência de Desenvolvimento do Estado.

Nesse sentido, a implementação de secretarias, setores e outras instituições voltadas especificamente para a internacionalização de um ente subnacional é um passo fundamental para sua projeção internacional e, consequentemente, para o suprimento de suas necessidades internas.

CAPÍTULO 02: INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO SOB O MANDATO DE FLÁVIO DINO

2.1 O GOVERNO DE FLÁVIO DINO

Flávio Dino de Castro e Costa foi governador do estado do Maranhão durante os anos de 2015 a 2022. Observou-se, ao longo deste recorte temporal, uma crescente inclinação do governante por ações paradiplomáticas, que ampliaram não somente as conexões estratégicas do estado, mas também a participação do mesmo em fóruns de relevância internacional. Dentre as ações realizadas, destaca-se a apresentação dos êxitos do Sistema Penitenciário do Maranhão na Universidade de Harvard (EUA), no âmbito da *Brazil Conference at Harvard & MIT*, um dos principais encontros de lideranças para debates sobre o futuro do Brasil. O sistema penitenciário maranhense sofreu consideráveis alterações durante o governo de Flávio Dino, sendo uma das principais a sua abordagem, tendo em vista que as gestões anteriores utilizaram-se, em sua maioria, da doutrina criminalista punitivista, que parte do pressuposto de que a resolução da questão criminal é a punição (Baima, 2021). Dino, por sua vez, utilizou-se do garantismo, ou seja, a abordagem humana e voltada para a preservação dos direitos das pessoas em cárcere e da sua ressocialização (Fisher, 2008). A partir dessa mudança de ponto de vista, o sistema penitenciário maranhense passou a ocupar um espaço de destaque nacional e internacional, conquistando o primeiro lugar no ranking nacional do sistema prisional brasileiro, elaborado pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas (2023), sendo tido como referência para a reformulação dos sistemas penitenciários, baseada no garantismo.

O exemplo utilizado, especificamente, serve para mostrar como a participação direta de entes subnacionais em fóruns internacionais de discussão é estratégica e crucial para a projeção internacional dos mesmos e, para além disso, também permite demonstrar a maneira como o fomento à ações de inovações aplicadas à contextos internos específicos podem não somente sanar necessidades internas, mas também servir como exemplo para os demais entes, sendo eles estatais ou não. A partir dessas participações, é oportunizada a ocupação de uma posição central nas discussões de maior relevância entre os atores nacionais e internacionais, caracterizando as ações paradiplomáticas como efetivas e estratégicas para o desenvolvimento de entes subnacionais.

Essa oportunidade, por exemplo, impulsionou o processo de internacionalização do Maranhão, caracterizando-o como um personagem de evidência internacional, especialmente no âmbito dos debates acerca da promoção do desenvolvimento sustentável e da solução de questões socioeconômicas, como a fome e a segurança pública.

Apesar de não ter estabelecido órgãos públicos específicos para esse setor, o ex-governador destacou-se nacional e internacionalmente pela utilização de artifícios de paradiplomacia variados, como a captação de recursos para o financiamento de projetos de desenvolvimento socioeconômico, acordos e participação em consórcios, dentre eles o Consórcio Nordeste, voltado para o desenvolvimento da região como um todo.

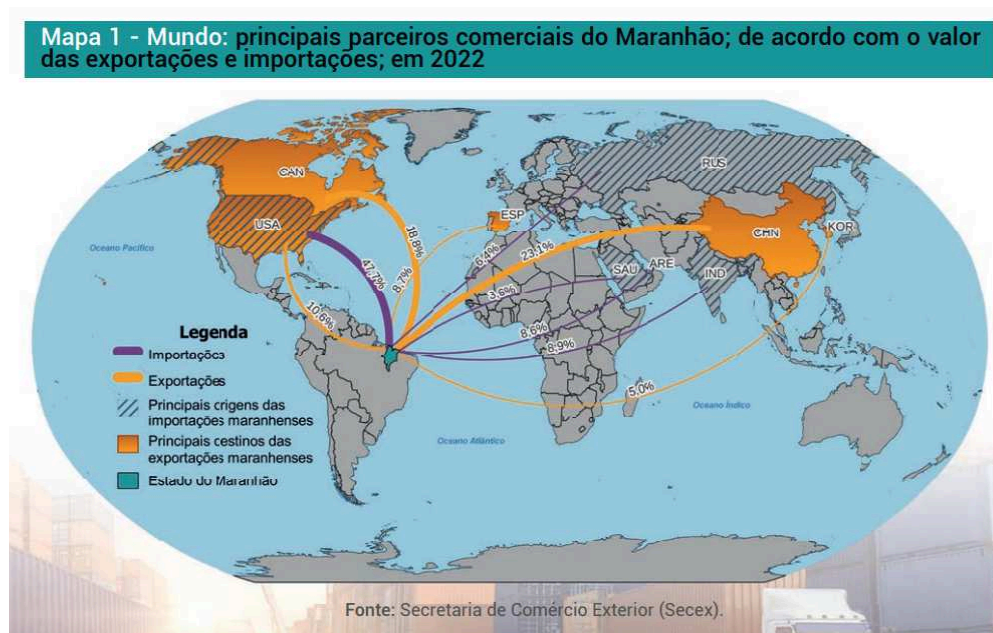
Dentre as ações de Flávio Dino, destaca-se o Plano Mais IDH, instituído pelo Decreto N°30.612, de 2 de janeiro de 2015, que foi posteriormente estabelecido como política pública permanente. O Plano foi estruturado como uma ferramenta de combate à extrema pobreza e às desigualdades sociais, através da utilização de estratégias de desenvolvimento sustentável, sendo premiado nacionalmente como Destaque de Boas Práticas no Prêmio Excelência em Competitividade organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP); e o Plano de Enfrentamento às Organizações Criminosas (ENFOC), derivado do Plano de Ação na Segurança (PAS), assinado em julho de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o IPEA (2010), entre os anos de 2012 e 2017, o IDHM do Maranhão registrou a 8º melhor variação do país, demonstrando o resultado positivo do investimento em políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais.

Para além dos projetos de desenvolvimento, a gestão maranhense realizou diversas ações de aproximação com governos transnacionais, com destaque para o governo chinês. Em 2018, o então embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, acompanhado por uma comitiva de cerca de 40 pessoas, realizou uma visita ao Maranhão, quando afirmou em entrevista ao Jornal Imparcial (2018):

Foi a primeira vez que tantos empresários me acompanharam numa visita. O Maranhão tem grande vantagem geográfica, tem grandes potencialidades, acreditamos no desenvolvimento do estado e queremos participar dele. (Li, 2018)

Essa afirmação do embaixador mostra a eficiência de articulações paradiplomáticas bem aplicadas, mas também reafirma a relevância do Maranhão como um ponto focal estratégico para o desenvolvimento comercial brasileiro. Além de uma localização geográfica estratégica que o aproxima das maiores potências do mercado internacional, o estado é marcado por riquezas naturais únicas, contornadas por uma costa litorânea de cerca de 640 km de extensão (SAGRIMA, 2025).

Gráfico 01 - Principais parceiros comerciais do Maranhão, de acordo com o valor de exportações e importações (2022)



Fonte: Secex, 2022.

Como observado no gráfico “Principais parceiros comerciais do Maranhão; de acordo com o valor das exportações e importações; em 2022” disponibilizado pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) no Boletim do Comércio Exterior Maranhense de 2022, do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), a China destaca-se como o principal destino das exportações maranhenses (23,1%), ultrapassando o Canadá (18,8%) e Estados Unidos (10,6%). Isso faz do mesmo um ponto focal no Brasil, que atrai compradores e investidores. Esse local de destaque, como observado pelo então

secretário estadual de Indústria e Comércio, Simplício Araújo, advém de anos de esforço público para a internacionalização do estado, principalmente através de articulações paradiplomáticas.

O trabalho que o governador Flávio Dino vem desenvolvendo na conjuntura econômica do estado, com as cadeias produtivas e alinhando um novo ambiente de negócios aqui dentro do estado tem atraído investidores nacionais e também investidores estrangeiros, como foi o caso dessa delegação. (Araújo, 2016)

Entretanto, é válido reafirmar que na paradiplomacia a concordância entre atores nacionais e subnacionais é uma inconstância, tendo em vista a contradição entre objetivos e prioridades. No que tange à relação entre Maranhão e China, o então vice-governador do estado, Carlos Brandão, afirmou:

Sentimos que já poderíamos ter avançado mais em nossa relação comercial. Porém, a instabilidade da economia e dos próprios movimentos políticos nacionais, dificultaram a obtenção de resultados melhores para ambos. A crise sanitária mundial, desacelerou ainda mais o processo. Mas, o Maranhão acredita em uma retomada. Até porque, pensamos que uma forte amizade Brasil/China seja fundamental para a retomada de nosso crescimento econômico. (Brandão, 2020)

Outrossim, as ações de internacionalização adotadas por Flávio Dino durante seu mandato demonstram a magnitude dos resultados da promoção da paradiplomacia em um estado e como ela gera benefícios que transpassam as suas fronteiras. A eficiência das estratégias paradiplomáticas do governo de Dino para a internacionalização do estado do Maranhão nos faz refletir acerca do papel dos estados brasileiros na política internacional contemporânea, tendo em vista que a paradiplomacia mostra-se um recurso de amplo retorno, mas ainda subexplorado pelos estados brasileiros.

2.2 O MARANHÃO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem uma iniciativa estabelecida em 2015 pela Organização das Nações Unidas, adotada por seus 193 Estados-Membros, que assegura um plano de ação global para a erradicação da pobreza extrema e o desenvolvimento sustentável: a Agenda 2030. Essa agenda determina como meta a priorização do desenvolvimento sustentável, de modo a garantir o bem-estar social pleno até

o ano de 2030. Para tanto, os ODS são compostos por 17 metas, dentre elas o fomento da igualdade de gênero, a redução das desigualdades, o consumo e a produção responsáveis, entre outros. No Brasil, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável surgem como norteadores para a implementação de programas e políticas públicas de combate à fome, à desigualdade e de fomento à transição ecológica, conforme indicado na tabela “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, disponibilizada pela Organização das Nações Unidas em 2016:

Tabela 01: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016)



Fonte: ONU, 2016.

O Maranhão, por sua vez, assinou em 2017 um acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de não somente impulsionar a implementação da Agenda 2030 através da adesão aos ODS, mas também de fomentar o desenvolvimento socioeconômico de sua população. A assinatura ocorreu no âmbito Seminário Mais IDH, durante a Semana Estadual de Direitos Humanos, onde também foram discutidas estratégias de promoção do desenvolvimento de 30 municípios que apresentaram os menores taxas no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Maranhão.

Ademais, vale destacar a relação entre o governo de Flávio Dino e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), marcada por uma série de parcerias institucionais voltadas especificamente para a implementação de projetos e políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da população maranhense. Dentre essas parcerias, destaca-se o

Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem, instituído em 2019, no âmbito da Política Educacional Escola Digna. Em sua atuação, o Pacto objetivou a implementação de ações para a qualificação dos processos de gestão, a implementação do Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão (SEAMA), tendo em vista os dados apresentados pela Leitura na Avaliação Nacional da Alfabetização realizada em 2016 (ANA/SAEB/INEP), que demonstraram que somente 22,7% das crianças encerram a etapa final da alfabetização de maneira adequada e satisfatória.

Fornecemos importantes ferramentas de acompanhamento e planejamento para o combate à pobreza e incentivo ao desenvolvimento em âmbito federal, mas percebemos que nesse momento é essencial atuar no desenvolvimento de políticas públicas junto a estados e municípios; e é esse apoio técnico que vamos oferecer aqui no Maranhão. (Lacerda, 2017)

Essa fala do então gerente regional do PNUD, Frederico Lacerda, reforça a ideia de Farias (2000), que defende a relevância da descentralização de ações de internacionalização, mas também da distribuição dos benefícios trazidos pelas mesmas, tendo em vista as especificidades e necessidades de cada ente nacional e subnacional, que impactam diretamente no seu desenvolvimento, por sua vez condicionado aos níveis de “desenvolvimento” regional.

2.3 O CASO “COVID-19”

Para além da participação em fóruns de discussão internacionais, o estado também optou por outras abordagens como, por exemplo, a articulação de parcerias com outros países para a troca de serviços e produtos, além de alianças políticas e econômicas. Dentre essas ações, destacou-se internacionalmente a articulação para a aquisição de respiradores para tratamento de maranhenses acometidos pela COVID-19.

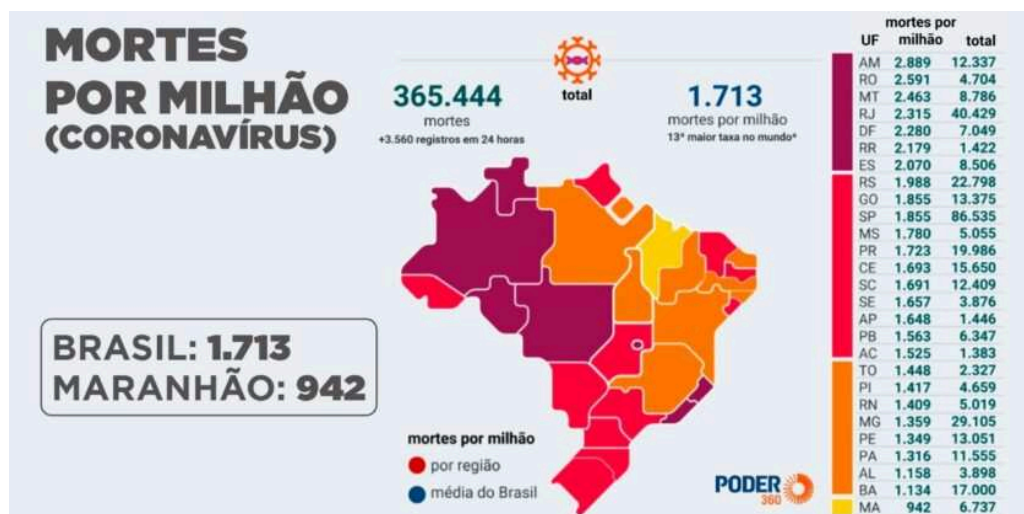
O Supremo Tribunal Federal optou por garantir a autonomia das unidades subnacionais, de modo a viabilizar decisões acerca de medidas de isolamento social e restrições de comércio e circulação de pessoas de maneira personalizada, atendendo às demandas de cada ente, através da Medida Provisória 926/2020. Paralelamente, inúmeros Estados impuseram restrições à comercialização de insumos hospitalares necessários para o tratamento de pacientes contaminados pelo vírus da COVID-19 gerando, assim, um contexto global de disputa por insumos hospitalares, onde o Estado brasileiro foi acometido por

simultâneas discordâncias entre prefeitos, governadores e presidente, tendo em vista a escassez de insumos.

Nesse contexto, o Maranhão tornou-se um dos grandes exemplos de autonomia de um ente subestatal, como resultado da abordagem estratégica adotada por Flávio Dino. Em um movimento inicial, a gestão maranhense tentou adquirir respiradores de uma fábrica especializada em Santa Catarina. Entretanto, a compra foi vetada pelo Governo Federal, sob a justificativa de que a distribuição desses equipamentos seria de responsabilidade do Ministério da Saúde. Posteriormente, o estado investiu em uma segunda tentativa de aquisição desses equipamentos, dessa vez adquirindo-os diretamente de uma fábrica estabelecida na China. Apesar das negociações terem sido promissoras, os produtos que deveriam ser enviados até o Brasil foram interceptados pela Alemanha durante seu trajeto, o que impossibilitou novamente a aquisição de respiradores para a população maranhense.

Assim, de maneira à alcançar seu objetivo, Flávio Dino traçou uma estratégia paradiplomática para a aquisição dos respiradores. Para tanto, o primeiro passo foi reunir os principais empresários do estado, com o objetivo de arrecadar os fundos necessários para a aquisição, processo que, se realizado pelas vias comuns (cofres públicos), não seria concretizado em tempo hábil para a preservação da vida de diversos maranhenses. Reunido o montante, o governador utilizando-se de sua boa relação com o governo chinês, realizou a compra de 107 respiradores diretamente de fábricas chinesas. Por fim, para que o que aconteceu anteriormente com a Alemanha não se repetisse, Dino traçou uma rota de *shipping* táctica, alterando o ponto de reabastecimento da aeronave responsável pela entrega dos respiradores da Europa para a Etiópia, garantindo o deslocamento da carga. Essa iniciativa foi responsável pela drástica redução no número de casos de mortes por COVID-19 no Maranhão, mas também por influenciar diretamente a visão dos atores internacionais acerca deste estado., como demonstrado no gráfico disponibilizado pelo jornal digital Poder 360 “Coronavírus: mortes por milhão”, em 2021:

Gráfico 02 - Coronavírus: mortes por milhão (2021)



Fonte: Poder 360, 2021.

Por fim, observa-se que a iniciativa de Flávio Dino influenciou diretamente o número de pessoas afetadas pelo coronavírus e seus tratamentos, transformando o Maranhão no estado brasileiro com a menor taxa de mortes ocasionadas pelo vírus. Ademais, nota-se a relevância prática de ações paradiplomáticas bem articuladas, não somente para o desenvolvimento socioeconômico de entes subnacionais, mas também para a superação de desigualdades regionais.

Apesar dos benefícios apresentados, a eficiência da paradiplomacia também é um debate central nas relações internacionais, sendo analisada por autores como Hockings (1993). No que tange às ações de Flávio Dino, foram tecidas críticas acerca de duas questões principais: a “insubordinação” do estado e a priorização da internacionalização sobre questões socioeconômicas, ligada especialmente à verba pública.

Nesse sentido, a insubordinação do estado em relação ao governo nacional é, como já apontado, uma questão intrínseca à própria definição do fenômeno paradiplomático, que vai contra a constante reafirmação de um centro interpretativo soberano para a produção de subordinação (Raposo, 2021). Sobre essa ótica, observa-se que a iniciativa de Flávio Dino desafiou diretamente a soberania estatal brasileira, já que utilizou vias políticas não tradicionais para garantir a preservação dos interesses do estado.

CAPÍTULO 03: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO MARANHÃO NA PRÁTICA

A internacionalização trata-se de um processo dinâmico de relações culturais, educacionais, políticas e econômicas a nível internacional, ou seja, não trata-se somente de transações financeiras, mas de trocas culturais, tecnológicas e científicas, que influem diretamente no desenvolvimento socioeconômico das populações envolvidas. Assim, no âmbito desse fenômeno, a paradiplomacia surge como uma maneira de solucionar, ou ao menos reduzir, a centralização do poder político nos Estados, permitindo que cidades, estados e regiões possam ocupar espaços de grande relevância no cenário internacional. Para além disso, a paradiplomacia promove a democratização do acesso à artifícios específicos necessários para a internacionalização, como a prospecção de editais de financiamento internacional para a formulação de políticas públicas oportunizando, também, a redução de desigualdades regionais. No Brasil, essa concentração de poder, que é incitada pelo federalismo, fomenta ainda mais a marginalização dos estados menos desenvolvidos, especialmente através do monopólio de recursos e oportunidades de internacionalização.

Dessa forma, a paradiplomacia surge para os entes subnacionais como uma porta de entrada para o cenário internacional, através do oferecimento de oportunidades de captação de recursos financeiros para o financiamento de projetos de desenvolvimento socioeconômico da população, assim oferecendo o suporte necessário para sua projeção internacional e para sanar necessidades internas, aspectos subvalorizados pelos governos quando não direcionados para o âmbito nacional, não somente regional.

No caso do Maranhão, a internacionalização se dá principalmente através do estabelecimento de parcerias com instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a implementação de projetos que buscam trazer melhorias à população, sendo voltados para a melhoria da infraestrutura física do ente subnacional, a educação, saúde, saneamento, entre outros. Os trâmites gerados nessas relações são, em sua maioria, geridos pela Assessoria de Projetos e Relações Internacionais da SEDEPE/MA, em colaboração com outros órgãos que compõem a gestão pública maranhense, como as secretarias, e instituições privadas, como o serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Federação das Indústrias do estado do Maranhão (FIEMA).

Dentre os projetos que receberam financiamento internacional, destaca-se o Programa Maranhão Mais Conectado, aprovado em maio de 2026 (gestão de Carlos Brandão) e que busca fomentar a inclusão digital no território maranhense. Para sua implementação, o projeto recebeu financiamento do BID e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Esse tipo de ação exemplifica claramente a importância que a internacionalização tem para os entes subnacionais, visto que sem a paradiplomacia, essas relações seriam somente entre Estados, o que não garante o acesso de todas as regiões aos benefícios adquiridos.

Após a análise das ações de internacionalização realizadas durante a gestão de Flávio Dino, observou-se que estratégia maranhense baseia-se, na realidade, em um conjunto de ações e iniciativas interconectadas, que visam garantir o suprimento das necessidades da população maranhense, seja através de acordos, tratados, prospecção de financiamento externo e/ou por meio do estabelecimento de políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento social, econômico e cultural dos cidadãos.

Dessa forma, observa-se que as ações de internacionalização adotadas por Dino entre 2015 e 2022, surgem como um mecanismo contra-hegemônico para a captação de recursos públicos destinados à redução das desigualdades regionais apontadas por Farias (2000), mas também como maneira de mostrar ao cenário internacional todo o potencial do estado, para além de suas necessidades internas. Essa contra-hegemonia se dá na constante busca por autonomia frente ao federalismo, transformando a inserção internacional em uma maneira de prospecção de soluções para questões internas, então desamparadas pelo governo federal.

Para tanto, dentre as classificações de Paquin (2004), a que mais condiz com a paradiplomacia maranhense no cenário atual é a da Integração Regional, visto que a mesma é voltada para a inserção direta dos entes subnacionais no cenário internacional, driblando as restrições impostas pelos Estados e a sua centralização. Isso se confirma quando observamos a abordagem escolhida por Flávio Dino para a aquisição de respiradores durante a pandemia de COVID-19 que, somente ao mudar a ordem política tradicional, pode assegurar os interesses do estado.

É relevante ressaltar que, na realidade, a abordagem de Flávio Dino só foi aplicável a partir de uma construção anterior ao processo de internacionalização em si, que envolveu a criação de pontes de articulação coletiva regional, para a defesa da preservação de uma identidade regional comum, como observado em iniciativas como o Consórcio Nordeste. Para além disso, também foi estabelecida a importância de uma agenda interna e externa alinhadas, de modo a garantir que a internacionalização não seja reduzida à uma mera exposição ao sistema internacional, mas que seja plenamente compreendida como uma alternativa para a

proteção dos direitos dos cidadãos e preservação de características únicas de estados, municípios e regiões.

A partir disso, foi iniciado o processo de prospecção de editais de financiamento externo e também o estabelecimento de parcerias com organizações e instituições internacionais. Isso pôde ser observado a partir da perspectiva da adesão do Maranhão à Agenda 2030 e, conseqüentemente, ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com a aproximação à iniciativas da Organização das Nações Unidas e do UNICEF, como no caso da Política Educacional Escola Digna, o Maranhão pôde promover-se internacionalmente como uma figura inclinada ao desenvolvimento social ecológico, o que o leva à ocupar espaços de destaque em fóruns internacionais de debate, além de oportunizar melhorias diretas aos maranhenses, através da implementação de projetos e políticas públicas. Sob esta ótica, observa-se que a participação direta de entes subnacionais no cenário internacional pode gerar grandes benefícios para os mesmos, estes indo desde investimentos na melhoria da qualidade de vida da população até a preservação de características culturais singulares, o que reforça a efetividade da paradiplomacia como uma ferramenta estratégica de internacionalização.

3.1 RESULTADOS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Entre os principais resultados observados no decorrer da presente pesquisa, destaca-se o fortalecimento da atuação internacional do Maranhão por meio da institucionalização de mecanismos voltados à cooperação internacional e do estabelecimento de parcerias estratégicas. Nesse sentido, destaca-se a adesão do estado à Agenda 2030 para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e também as ações firmadas em parceria com o UNICEF, que resultaram na implementação de políticas públicas e projetos que influenciaram positivamente a população maranhense, de maneira a contribuir com a adição de caráter permanente às mesmas, à exemplo da Política Educacional Escola Digna. A partir desta política, foram direcionados esforços para o aumento dos níveis de alfabetização de crianças no ensino fundamental e investimentos no âmbito da infraestrutura de escolas, de maneira a fornecer aos estudantes e professores melhores condições de ensino e aprendizagem. Por encontrar-se no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, iniciativas como essa também serviram ao Maranhão como um mecanismo de projeção internacional, a partir da construção de um perfil estatal de investimento e assistência em políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico.

Como já apontado, o aparato institucional compõe uma parte essencial da internacionalização através da paradiplomacia, já que o mesmo influencia diretamente na administração das relações entre as partes envolvidas e no fomento de oportunidades de internacionalização. Para a construção de um aparato institucional efetivo são necessários órgãos especializados em Relações Internacionais, sendo ele secretarias, assessorias ou outros, entretanto, o letramento internacional dos gestores públicos também é essencial. A partir desse letramento, os indivíduos que compõem a gestão pública de um estado ou cidade poderão compreender e reconhecer a relevância do processo de internacionalização para o seu ente, o que leva à melhores interações com atores internacionais estratégicos e o fomento da prospecção de oportunidades para tal. Tendo em vista que a gestão pública maranhense conta somente com uma Assessoria de Relações Internacionais para administrar todas as transações internacionais pelo estado, a mesma encontra-se limitada, principalmente quando comparada com as gestões de regiões mais desenvolvidas do Brasil, como Sul e Sudeste.

Essa diferença também foi apontada por Farias (2000), que a relaciona diretamente aos efeitos da desigualdade regional. Enquanto mais desenvolvidas, as regiões Sul e Sudeste do Brasil tendem a usufruir de uma abundância maior de oportunidades de internacionalização, ao passo em que possuem uma série de órgãos aptos para fornecer o suporte necessário para esse processo. Trata-se, na realidade, de um ciclo: se são fornecidas à um ente oportunidades de internacionalização praticáveis e o mesmo reconhecer a relevância do aparato institucional dentro dessa rede, e consequentemente investir na fortificação desse mesmo aparato, novas oportunidades de internacionalização irão aparecer. Uma mudança como essa pode não somente aumentar a projeção internacional de um ente subnacional, mas também contribuir diretamente para a redução das desigualdades regionais vivenciadas por ele.

Ademais, é relevante ressaltar que o letramento internacional dos servidores e a construção de um aparato institucional podem influenciar diretamente a visão do público eleitor, positivamente ou negativamente. Durante seu mandato, Flávio Dino sofreu várias críticas direcionadas às suas ações de internacionalização que, por parcela da população, foram interpretadas como desperdício de verba pública, como apontado por Roberto Costa em sua fala “Precisamos mais do que nunca termos conhecimento real da situação do Estado para contrair esse empréstimo para cumprir com os compromissos que ele dizem que são necessários”. Apesar dos fatores de distribuição de verbas públicas, a compreensão e então reconhecimento da relevância das ações de internacionalização por parte do público geral

podem suavizar e consequentemente incentivar esse processo que garantirá, direta ou indiretamente, benefícios para o estado.

Outrossim, a efetividade da paradiplomacia na internacionalização também é debatida por diversos autores, dentre eles Hocking (2004). Afirmando que a paradiplomacia trata-se, na verdade, de uma forma de desafiar, reafirmar e incitar conflitos entre as esferas nacional, regional e internacional que, por sua vez, relacionam-se diretamente. Nesse momento, é importante realizar uma análise do contexto no qual esse “desafio” é inserido, visto que ao mesmo tempo em que a paradiplomacia contesta diretamente o monopólio do poder político e, consequentemente, da política externa, pelo Estado, a mesma incita o aperfeiçoamento do mesmo, de modo a fomentar mais ações de internacionalização que sejam proveitosas não somente para o Estado, mas para os entes subnacionais que o compõem.

A perspectiva de Hocking (2004), porém, foi desmistificada por Farias (2000), a partir de sua interpretação da paradiplomacia como uma ferramenta estratégica para a internacionalização de entes subnacionais, e também pelos resultados concretos atingidos ações paradiplomáticas, como as estabelecidas por Flávio Dino durante a realização da operação para a aquisição de respiradores, além da adesão à Agenda 2030 como um todo.

Em conclusão, observa-se que, apesar do potencial de geração de conflitos que se dá devido ao enfrentamento da centralização do poder em uma única figura central, a paradiplomacia trata-se de uma ferramenta efetiva para a internacionalização, em especial quando considerada a superação de desigualdades regionais e quebra de preconceitos, através do investimento no desenvolvimento socioeconômico e crescimento da população.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa propôs-se a analisar a efetividade da paradiplomacia como uma ferramenta estratégica das Relações Internacionais, a partir de um exame da abordagem adotada por Flávio Dino durante seu mandato como governante do estado do Maranhão, com foco na superação de desigualdades regionais para a internacionalização. Ao decorrer da pesquisa, foram apresentadas as diferentes vertentes dessa ferramenta, sendo ela comercial, de integração regional ou identitária, e como cada uma delas influencia o processo de internacionalização de maneira única, levando em consideração as especificidades de cada ente subnacional.

Para além disso, também foi exposta a utilização de parcerias transnacionais como ferramenta paradiplomática, a partir do exemplo da relação de aproximação de Flávio Dino

com o governo chinês que, por sua vez, possibilitou a aquisição de respiradores para o tratamento de maranhenses acometidos pela COVID-19, no ano de 2020. O posicionamento estratégico do então governador resultou não somente na preservação da vida de diversos pacientes, mas também fomentou a promoção internacional do estado, de modo a caracterizar um exemplo claro da real eficácia da paradiplomacia na internacionalização.

O caso maranhense é ainda mais claro, quando levado em consideração o caráter de enfrentamento de desigualdades regionais que assolam os entes subnacionais, em especial a região Nordeste do Brasil. Para tanto, observou-se a relevância da aproximação dos entes subnacionais de organismos internacionais para o suprimento de necessidades internas, a partir do exemplo da parceria entre a gestão maranhense da época e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a adesão à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, como apontado, gerou benefícios diretos à população maranhense.

Entretanto, é importante ressaltar que, para que a internacionalização de um ente subnacional ocorra de maneira a cumprir os objetivos destacados anteriormente, o mesmo precisa poder usufruir de um aparato institucional que o dê condições para tal. É factual que, mesmo com um plano de internacionalização estratégico, a falta de um aparato institucional especializado, ou seja, secretarias, assessorias, organizações e outros, voltados especificamente para essa atividade, desestabiliza o planejamento de qualquer gestor público. Apesar dos vários estudos apontando esse a relevância desse fator decisório, o cenário da máquina pública maranhense ainda é o mesmo, e obriga os administradores a recorrerem à divisões únicas (como a Assessoria de Projetos e Relações Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos), e até mesmo à órgãos não especializados para a realização de suas transições.

Desse modo, para que o Maranhão e os demais entes subnacionais brasileiros possam utilizar-se de maneira plena do leque de oportunidades que a paradiplomacia oferece, é indispensável que eles tenham a seu alcance um aparato institucional rico e especializado na área das Relações Internacionais. A partir disso, as barreiras enfrentadas por esses entes, como a escassez ou mesmo o desconhecimento de oportunidades de internacionalização, o isolamento geográfico e o déficit de conexões estratégicas com atores do sistema internacional, não seriam mais um fator de impedimento de seu crescimento. Assim como afirmado anteriormente, outros estados do Nordeste brasileiro podem servir como exemplo de internacionalização de entes subnacionais para a superação de problemas internos, com destaque para o Ceará. A partir desse exemplo, compreende-se que com um aparato

institucional para relações internacionais, o Maranhão poderá realizar ainda mais ações que contribuirão para a sua projeção internacional, sendo com objetivo de ocupar um espaço de destaque no cenário internacional e/ou para o atendimento de demandas internas de desenvolvimento socioeconômico, de modo a contribuir diretamente com a descentralização do poder federal e com a redução de desigualdades regionais e/ou sociais. Desse modo, o estado do Maranhão poderá enfim livrar-se de estereótipos depreciativos e mostrar seu verdadeiro potencial para os atores de relevância do sistema internacional.

Dessa forma, a análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender a complexidade da aplicação da paradiplomacia na internacionalização de entes subnacionais e suas implicações sobre o combate às desigualdades regionais e a centralização do poder em um único organismo mediano, de modo a fomentar o conhecimento acerca dessa ferramenta e a sua utilização por entes subnacionais no Estado brasileiro e nos demais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

BAIMA, Fernando Gustavo Meireles. **Usos do território maranhense: expansão e regionalização do sistema prisional estadual (1830-2020)**. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/1339/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Final_Fernando_Baima.pdf. Acesso em: 15 jul. 2026

BRAZIL CONFERENCE. **Há 11 edições, reunimos líderes, ideias e gerações para construir o futuro do Brasil**. Disponível em: <https://www.brazilconference.org/sobre>. Acesso em: 15 jul. 2026

BRASIL. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 jun. 2026.

CENA INTERNACIONAL. Revista do Instituto de Relações Internacionais da UnB. Brasília, DF, v. 10, n. 2, 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2008/vol10/no2/8.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2026.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Institucional**. Recife: Consórcio Nordeste, 2021. Disponível em: <https://www.consorcionordeste.gov.br/p/institucional>. Acesso em: 22 jun. 2026.

DIREITO E DESENVOLVIMENTO. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito do Unipê. João Pessoa, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/269/251>. Acesso em: 22 jun. 2026.

FISCHER, Douglas. Garantismo penal integral (e não o garantismo hiperbólico monocular) e o princípio da proporcionalidade: breves anotações de compreensão e aproximação dos seus ideais. In.: Revista de Doutrina TRF4. Disponível em: <https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao02>. Acesso em: 15 de jul de 2026

GAMA, Mariana Loureiro; BARACHO, Hertha Urquiza. **A formação da desigualdade regional, suas premissas e a questão do Nordeste brasileiro**. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 5, n. 10, p. 235-254, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/269>. Acesso em: 15 jul. 2026.

GILPIN, Robert. **O Desafio do Capitalismo Global**: a economia mundial no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

G1 MA. **Pedido de empréstimo do Governo Estadual para pagar precatórios é criticado na ALEMA**. G1, São Luís, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/03/27/pedido-de-emprestimo-do-governo-estadual-para-pagar-precatorios-e-criticado-na-alema.ghtml>. Acesso em: 26 jun. 2026.

JUCÁ, Francisco Pedro. Reflexões sobre o Federalismo Brasileiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 5, n. 21, p. 197-209, out./dez. 1997.

KISSINGER, Henry A. **A New National Partnership**: speech by Secretary of State Henry A. Kissinger at Los Angeles, January 24, 1975. Los Angeles: Department of State, Bureau of Public Affairs, Office of Media Services, 1975. p. 1. (News Release).

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). **Flávio Dino apresenta êxitos da gestão do sistema penitenciário do Maranhão na Harvard University (EUA)**. São Luís: SEAP, 2019. Disponível em: <https://seap.ma.gov.br/noticias/flavio-dino-apresenta-exitos-da-gestao-do-sistema-penitenciario-do-maranhao-na-harvard-university-eua>. Acesso em: 22 jun. 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Melhor sistema prisional do País é o maranhense, segundo ranking nacional**. São Luís: Agência de Notícias do Maranhão, 5 set. 2023. Disponível em: <https://homol.ma.gov.br/noticias/melhor-sistema-prisional-do-pais-e-o-maranhense-segundo-ranking-nacional>. Acesso em: 15 jul. 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Pacto pela Aprendizagem**. [São Luís]: SEDUC, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Pacto-pela-aprendizagem..pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. **Site nacional confirma: Maranhão tem a menor taxa de letalidade por Covid-19 do país**. São Luís: SES, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www.saude.ma.gov.br/destaques/site-nacional-confirma-maranhao-tem-a-menor-taxa-de-letalidade-por-covid-19-do-pais/>. Acesso em: 26 jun. 2026.

MEDEIROS, Eduardo. **O processo de cooperação transfronteiriço da UE**: os caso de estudo do INTERREG-A nas regiões de fronteira: Portugal-Espanha e Suécia-Noruega. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2009.

OLIVEIRA, Simone Lavelle Godoy de. **Governança Global e os Atores Não Estatais**: uma análise à luz do Direito Internacional. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/83332881/2016_ClaudiomarMatiasRolimFilho-libre.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomatie et relations internationales**: théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation. Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes, 2004.

PORTAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. **Maranhão assina acordo com PNUD para implementação da Agenda 2030 no estado**. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/78670-maranh%C3%A3o-assina-acordo-com-pnud-para-implementa%C3%A7%C3%A3o-da-agenda-2030-no-estado>. Acesso em: 22 jun. 2026.

PORTO DO ITAQUI. Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). **Governador Flávio Dino apresenta atributos econômicos do MA para empresários chineses**. São Luís: EMAP, 2019. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.com.br/imprensa/noticia/governador-flavio-dino-apresenta-atributos-economicos-do-ma-para-empresarios-chineses>. Acesso em: 22 jun. 2026.

PUBLIUS: The Journal of Federalism. Oxford: Oxford University Press, v. 14, n. 4, p. 5, 1984. Disponível em: <https://academic.oup.com/publius/article-abstract/14/4/5/1894236>. Acesso em: 22 jun. 2026.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Consulado Geral em Recife. **Atividades Bilaterais e Cooperação Regional**. Recife: Consulado da China, 2020. Disponível em: https://recife.china-consulate.gov.cn/por/ztghd_3/202009/t20200908_5061558.htm. Acesso em: 22 jun. 2026.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS (RBERU). São Paulo: ABER, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/article/view/815/370>. Acesso em: 22 jun. 2026.

REVISTA CIVITAS. Porto Alegre: PUCRS, v. 21, n. 3, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/46232/29051>. Acesso em: 22 jun. 2026.

REVISTA RELAÇÕES EXTERIORES. **A atuação do governo maranhense frente às restrições do comércio internacional**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/atuacao-governo-maranhense-restricoes-comercio-internacional/>. Acesso em: 22 jun. 2026.

SANTOS, I. Da gênese à crise do Estado de bem-estar. **Revista Cronos**, Natal, v. 5, n. 1/2, 10 jan. 2013.

SÃO PAULO (Município). Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Escola de Gestão e Contas. **Origem e desenvolvimento do Welfare State: principais argumentos**. Por: Suellem Lima Benicio. [S. l.: s. n., s. d.]. Disponível em: <https://fida.tcm.sp.gov.br/Pagina/66335>. Acesso em: 23 jun. 2026.

SCIELO SP. Cadernos de Saúde Pública. São Paulo: SciELO, v. 36, n. 12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n12/e00155720/>. Acesso em: 22 jun. 2026.

TORO INVESTIMENTOS. **Crise de 1973**: entenda o choque do petróleo que abalou a economia mundial. São Paulo: Toro Blog, 2021. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/educacao-financeira/crise-de-1973/>. Acesso em: 22 jun. 2026.

WILENSKI, Harold L. **The Welfare State and Equality**. Berkeley: University of California Press, 1975. p. XIII.

WILLIAMSON, Jeffrey G. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 13, n. 4, p. 1-84, 1965. Part 2.

ZICOSUL. **Zona de Integração do Centro-Oeste Sul-Americano**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2022. Disponível em: <https://zicosul.pr.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2026.